



CERTIFICADO Nº 3925 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Noroeste, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/Cadastro, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : CELITO GENTIL PASSINATO

CNPJ/CPF : 219.360.640-49

Empreendimento : FAZENDA SÃO VICENTE OU SANTA TEREZA / FAZENDA COLORADO / FAZENDA COLORADO I / FAZENDA CABECEIRA / FAZENDA PROMISSÃO

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Avenida MINAS GERAIS número/km 451 ESCRITÓRIO Bairro CENTRO Cep 38660-000 Buritis - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Buritis (LAT) -15.3565, (LONG) -46.6413

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Processo Administrativo Licenciamento : 3925/2024

Número do Processo na ANM e Ano : ATIVIDADE DISPENSADA CONFORME PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 3º DO DECRETO LEI 227/1967 CODIGO DE MINERAÇÃO

Titular ou Requerente : ATIVIDADE DISPENSADA CONFORME PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 3º DO DECRETO LEI 227/1967 CODIGO DE MINERAÇÃO

Substância(s) Mineral(is) : ATIVIDADE DISPENSADA CONFORME PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 3º DO DECRETO LEI 227/1967 CODIGO DE MINERAÇÃO

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
A-03-01-9	Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal.	Área da jazida	1,17	ha

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 4 ano(s) e 7 mes(es) e 28 dia(s), com vencimento em 26/07/2029.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 20, da Lei Estadual nº 21.972, de 2016, do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017, do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018 e do art. 8º, §4º, I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, com base nas informações prestadas pelo empreendedor.

Unai, 28/11/2024.

Documento assinado eletronicamente por RICARDO BARRETO SILVA, Chefe da Unidade, em 28/11/2024 10:41 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não substitui a obrigatoriedade do empreendedor em obter título minerário ou guia de utilização expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM) ou Agência Nacional de Petróleo (ANP), nos termos do art. 23 da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



CERTIFICADO Nº 3925 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Autorização para intervenção ambiental

1370.01.0032157/2022-81

Outorga de Direito de Uso de Recursos

07043/2024
339025/2022
339003/2022
331960/2022





CERTIFICADO Nº 3925 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

Formalizar no IEF/GCARF processo de Compensação Florestal Minerária, conforme previsto no art. 75 da Lei 20.922/2013, seguindo as diretrizes definidas pela Portaria IEF nº 27/2017 e pela Portaria IEF nº 77/2020. Prazo: 120 dias

